

---

*Este artigo é publicado como ahead of print. Foi aprovado por revisão por pares e aceito para um número futuro. Esta versão é citável, embora a versão final possa incorporar ajustes formais não substantivos.*

*This article is published ahead of print. It has undergone peer review and has been accepted for a forthcoming issue. This version is citable, although the final version may include non-substantive formal revisions.*

---

## **Recensão. Drago, Ana e Mortágua, Mariana (2025). Oportunidade ou Maldição. A indústria do turismo em Portugal.**

**Xerardo Pereriro-Pérez<sup>1</sup>; Luís Vale<sup>2</sup>**

<sup>1</sup> Universidade de Trás-os Montes e Alto Douro (UTAD). [xerardopereiro@utad.pt](mailto:xerardopereiro@utad.pt). [ORCID: 0000-0002-6298-5701](https://orcid.org/0000-0002-6298-5701)

<sup>2</sup> Universidade de Coimbra. [valedovale@gmail.com](mailto:valedovale@gmail.com). [ORCID: 0000-0002-6585-4563](https://orcid.org/0000-0002-6585-4563)

---

**Cite:** Pereriro-Pérez, X. & Vale, L. (2026). Recensão. Drago, Ana e Mortágua, Mariana (2025). Oportunidade ou Maldição. A indústria do turismo em Portugal.. *PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 24(4), 202624080. <https://doi.org/10.25145/j.pasos.2026.24.080>

---

*Recibido: 04/03/2026 · Reenviado: 46113.0 · Aceptado: 09/04/2026 · Sometido a evaluación por pares anónimos*

---

**Resumo:** Apresentamos nesta recensão uma crítica de um livro recentemente publicado sobre a aposta político-económica no turismo em Portugal. O livro é um ensaio construído a partir da economia política, assentando num viés ideológico que identifica a aposta portuguesa no turismo como uma maldição e, conseqüentemente, como a origem de um conjunto de efeitos negativos. Ao longo da nossa recensão apresentamos as valências desta obra, as razões pelas quais vale a pena lê-la, bem como os motivos e argumentos epistemológicos e teóricos que nos levam a distanciarmo-nos dessa perspetiva antiturística. O nosso texto constitui uma crítica da crítica do turismo desenvolvido em Portugal.

**Palavras-chave:** Economia do turismo, Portugal, anti-turismo; epistemologia crítica do turismo; crítica da crítica do turismo.

---

**Abstract:** This review presents a critical appraisal of a recently published book on the political-economic approach to tourism in Portugal. The book is an essay written from a political economy standpoint, grounded in an explicit ideological bias that frames Portugal's commitment to tourism as a curse and attributes to it a series of negative economic, territorial, and social consequences. Throughout the review, we set out the strengths of the work and the reasons why it merits reading, alongside the epistemological and theoretical arguments that lead us to distance ourselves from its anti-tourism perspective. Our text thus constitutes a critique of the critique of tourism as it has developed in Portugal.

**Keywords:** Tourism economics, Portugal, anti-tourism; critical epistemology of tourism; critique of the critique of tourism.

---

**RECENSÃO:**

Drago, Ana e Mortágua, Mariana (2025). *Oportunidade ou Maldição. A indústria do turismo em Portugal*. ISBN: 978-989-671-980-7.



Este é um pequeno livro que aborda uma “grande” questão: a aposta no turismo em Portugal é uma boa estratégia nacional ou é uma maldição? Publicado muito recentemente, as autoras são sobejamente conhecidas, pela sua liderança político-partidária, no país luso, mas não são propriamente investigadoras especializadas em turismo. Por um lado, Ana Drago é uma socióloga que tem trabalhado sobre o movimento estudantil e também sobre o urbanismo em Portugal. Ela pesquisa no CES (Centro de Estudos Sociais) da Universidade de Coimbra. Por outro lado, Mariana Mortágua é licenciatura em Economia pelo ISCTE (IUL), e doutorou-se na Universidade de Londres.

O prefácio do livro é da autoria de Ricardo Paes Mamede (professor de Economia Política no ISCTE-IUL), quem faz uma crítica dos economistas convencionais e assinala o desenvolvimento do turismo português como uma resposta política face às crises económicas que chega a atingir o 9,1% do PIB nacional português. Mas essa aposta estratégica teve e tem contrapartidas pesadas segundo este economista (ex.: bairros urbanos convertidos em parques temáticos, massificação, baixos salários, fraca incorporação tecnológica, dependência externa, pouco valor acrescentado...). E face ao turismo, pelo que pagamos um preço muito alto segundo ele, este economista propõe uma política de limitação do alojamento local em zonas saturadas, usar a tributação, conter abusos do turismo, redistribuir custos e evitar modelos e destinos predatórios.

O resto do livro está estruturado em várias seções:

1. Introdução;
2. Divisas e ideologia: Origens e desenvolvimento do turismo em Portugal;
3. A crise abre as portas ao modelo Florida;
4. O modelo Florida;
5. A desqualificação da economia portuguesa;
6. O que fazer quando há turismo a mais?
7. Conclusões.

Entre o ensaio político e a investigação socioeconómica, todo o texto representa uma afirmação de protesto contra o turismo em Portugal na sua atual forma e função, para também, e depois, construir uma proposta política de limitação e reorientação deste. Neste sentido, revisaremos alguns dos seus postulados e questionaremos criticamente a sua fundamentação ou a falta dela, os seus acertos na interpretação e também os seus reducionismos e simplificações excessivas acerca do turismo em Portugal.

Logo na Introdução, as autoras lançam os seus dardos contra o “turismo por todo o lado em Portugal” (Drago e Mortágua, 2025: 13), o que tem contribuído para a recomposição da economia logo depois da crise de 2011-2013. O turismo serviu como tábua de salvação e recebeu o apoio da “burguesia nacional” portuguesa e também dos políticos e, segundo as autoras, há turismo a mais em Portugal e uma necessidade de políticas públicas que mitiguem os efeitos perversos do turismo.

A segunda seção (Divisas e ideologia: origens e desenvolvimento do turismo em Portugal) apresenta uma breve análise da história do turismo em Portugal, começando pelo século XIX e a política liberal, que apostou no turismo como solução face à crise de finais do século XIX. Logo a “indústria de estrangeiros”, como o turismo era chamado, teve um salto a partir de inícios do século XX, quando a burguesia lisboeta impulsionou uma institucionalização e promoção do turismo (ex. “Touring Clube de Portugal”, “Sociedade de propaganda de Portugal”, etc.), algo assumido pela 1ª República portuguesa e depois pelo Estado Novo, que utilizou o turismo como um instrumento de manipulação e propaganda ao serviço da designada “política do espírito”. Em meados do século XX, a política portuguesa para o turismo foi o um reforço do seu fomento e intensificar o turismo de sol e praia, para o qual foram criadas muitas infraestruturas e equipamentos. Além do mais, e pouco a pouco, o turismo foi deixando de ser um privilégio para elites para converter-se num direito de tod@s, especialmente notório no Algarve. Em 1965 são inaugurados os aeroportos de Faro (Algarve) e de Funchal (Madeira). O resultado tem um indicador relevante, em 1974 chegaram a Portugal 8 milhões de turistas estrangeiros e também outros: construções sem limites, sem esgotos e sem qualidade, transformação da paisagem litoral, especulação imobiliária, etc. Este processo continuou nos fins do século XX e deu um enorme salto na segunda década do século XXI, quando o turismo se situou no centro do interesse político nacional e pouco se diferenciou do turismo imobiliário residencial de luxo, segundo as autoras, algo que consideramos discutível para a maior parte do território do país (em vez de discernir as diferenças e desigualdade regionais). Depois, ainda nesta seção do livro, a análise foca-se na especulação imobiliária desde o protagonismo de alguns dos seus agentes (ex. Luís Filipe Vieira, conhecido por ter sido presidente do clube de futebol Benfica) e a sua rede de contactos privilegiados junto da banca, das elites políticas e económicas. Ainda que interessante e útil para se entender abusos de poder, ilegalidades e a corrupção em muitos destes casos, importa aqui referir que existe uma considerável confusão entre aquilo

que é o turismo e aquilo que é a especulação imobiliária, isto é, o turismo é algo mais do que especulação imobiliária e nem todo o turismo padece desse inconveniência.

Esta seção conclui com uma reflexão sobre o turismo no período da crise de 2008 e a suposta vocação natural da economia portuguesa para o turismo, definida no Plano Nacional de Turismo (PNT) de 2007. As autoras criticam que, face ao sismo da crise financeira internacional, Portugal tenha apostado no turismo como única estratégia de salvação, pois o turismo teria substituído e impedido a dinamização de outros setores económicos, sem especificar aqui quais e como. O turismo seria um “industrialismo fácil” (Drago e Mortágua, 2025: 56), que abriria o caminho para o alojamento local e a continuidade da política dos grandes eventos (Expo 1998; Euro 2004, Web Summit de Lisboa, Rock in Rio Lisboa...). As autoras pecam aqui por excesso de opinião e falta de fundamentação científica, ocultando que o turismo também puxou e dinamizou outros setores económicos durante a crise e pós-crise de 2008 em Portugal, esquecer, ocultar ou ignorar isso é uma falha e uma carência importante deste texto.

A terceira seção do livro é intitulada “A crise abre as portas ao modelo Florida” e refere o modelo de economia turística portuguesa enquanto modelo de economia exportadora.

Esta última é exemplificada na empresa automobilística “Autoeuropa”, criada em 1995 segundo um modelo de investimento estrangeiro, alta produção, exportação de alto valor, trabalho qualificado e bem remunerado. Nos anos 1990, o modelo económico português estava baseado no consumo interno, no endividamento da economia e na dívida pública excessiva, mas este modelo entrou em crise na primeira década do século XXI e resultou numa estagnação, uma desvalorização salarial importante e um período de austeridade que atacou os rendimentos dos trabalhadores e os direitos laborais. Nessa altura, a solução para a crise passou por melhorar a competitividade internacional (relatório Blanchard), aumentar as exportações, acrescentar à produtividade, desvalorizar os salários, especializar-se na produção e diminuir as importações, ou seja e passe, a redundância, uma clássica receita da macroeconomia “clássica”.

E como sabemos, algo lembrado pelas autoras, o turismo teve um papel importante na superação da crise, adotando o que designam como “modelo Florida” (quarta seção do livro), que consiste em: a) aumentar a atração de turistas estrangeiros com alto poder aquisitivo; b) facilitar instalação residencial de reformados; c) dinamizar o mercado imobiliário orientado para o mercado turístico internacional (ex. os Vistos Gold e novo regime fiscal dos residentes não habituais); d) potenciação das companhias de *low-cost*; e) promoção dos *city breaks* e o “weekendismo” (visitas turísticas de fins de semana); f) a intensificação das plataformas de reserva online; g) o aumento da oferta de alojamento turístico de todo tipo.

O resultado, segundo as autoras, foi um aumento nos preços de aluguer e de compra de habitação, um aumento da precariedade e a viragem rentista da economia portuguesa. Entre 2008 e 2024 a economia portuguesa virou-se para o imobiliário (associado ao turismo) e não para uma economia produtiva-industrial. Segundo as autoras, o investimento em alojamento local, nova categoria de alojamento turística, foi devastadora para os centros das cidades, no entanto, é nosso entendimento que isto não foi assim em todos os casos e, por exemplo, nalgumas cidades do interior do país contribuiu para a recuperação urbanística, arquitetónica e patrimonial, e para reforçar economicamente empreendedores familiares poliativos. Isto é, nem todo o alojamento local foi empreendido por capitais internacionais e em função dos ganhos de AIRBNG ou BOOKING (capitalismos de plataforma). Outras afirmações das autoras como a de que o alojamento local produz mais rendimentos do que o alojamento de aluguer tradicional, não estão

cientificamente provadas no texto e a realidade é que existem diferenças regionais importantes em todo o país. Outros pontos fracos no seu argumentário têm a ver com a falta de entendimento de conceitos técnicos do turismo básicos, como por exemplo, reduzem os turistas apenas a turistas internacionais e não olham o turismo interno doméstico ou nacional, que, em muitos pontos de vista, é mais importante. Por outro lado, Ana Drago e Mariana Mortágua confundem no texto o conceito de visitantes (turistas, excursionistas, passageiros em trânsito...) com o conceito de turistas (visitantes que pernoitam).

Mas, para além das falhas conceptuais, o fio condutor do livro é interessante e, nesta quarta seção, foca a questão do alojamento local (AL), que segundo elas é uma “novidade”, pois aumenta os preços da habitação, expulsa os moradores de classe popular de determinados bairros dos centros urbanos, descarateriza os bairros e afasta o parque habitacional do aluguer. Se bem estamos de acordo que este processo é resultado e causa de uma policrise, o alojamento local ou o seu equivalente nalgumas subtipologias existe há muito tempo (ex. pensões e residenciais). Por outro lado, o tom ensaístico, generalizador, economicista e ideológico do texto, reduz muito o alcance de perspectivar uma realidade muito complexa e diversificada do ponto de vista territorial, social e histórica. Não, os alojamentos locais não são todos iguais, nem todos têm o mesmo efeito em cidades e regiões diferentes do país (ex. Lisboa, Faro, Funchal, Porto, Vila Real, Chaves, Bragança...), não são todos liderados por empreendedores estrangeiros, e não utilizam ou seguem todos o capitalismo de plataforma (AIRBNB, Booking, Wimdu...). Há diferenças sociais e lógicas domésticas de reprodução social diversas. Na perspetiva das autoras, os alojamentos locais acabam por ser um bode expiatório e o seu trabalho precisaria de melhor afinação teórica e analítica.

Na última parte desta quarta seção, as autoras criticam com acerto a austeridade derivada das políticas da TROIKA face á crise financeira internacional de inícios do século XXI, e também criticam que Portugal tenha utilizado o turismo como um instrumento de recuperação ou colete salva-vidas de sobrevivência coletiva, atingindo um grande peso na economia nacional portuguesa. Esta crítica é apresentada de forma superficial e não foram capazes as autoras de: a) olhar as interseções e articulações do turismo português com outros setores da economia; b) ver o turismo como um multisetor económico mais do que um “monocultivo” (só alojamento turístico); c) não ver como o turismo multiplica, não só soma ou subtrai; d) como o turismo é um fenómeno social, cultural e político complexo e com efeitos diversos, e não apenas uma atividade económica mercantil capitalista; e) ver o turismo como algo mais do que exportação de serviços; f) interpretar a especulação imobiliária sem associar sempre e em qualquer lugar com o turismo.

A quinta seção do texto (“A desqualificação da economia portuguesa”) apresenta a economia portuguesa atual como uma economia de salários baixos, especialmente para a maioria dos trabalhadores. Seria bom aqui fazer uma análise mais apurada das desigualdades na estrutura sociolaboral e salarial e também da precariedade no turismo, mas esta foi feita só em parte, com apoio em dados muito reveladores (ex. segundo o Banco de Portugal, em 2022 mais de 40% dos trabalhadores do alojamento turístico e a restauração só recebiam o salário mínimo pelo seu trabalho). O texto ganharia em robustez se discutisse com dados qualitativos e quantitativos a precariedade laboral no campo do turismo e como apesar de ter aumentado um pouquinho o salário mínimo em Portugal, as diferentes profissões do turismo não são interessantes para o mercado de emprego, tendo os empresários que procurar mão-de-obra estrangeira. A caracterização é a de que a economia portuguesa é pouco produtiva e, em parte, isso é motivado pela aposta no turismo, que afasta outras atividades mais qualificadas e de maior criação de valor, que tem uma baixa produtividade, pouca

inovação e pouco investimento tecnológico e que prejudica a competitividade da economia portuguesa, afirmações das autoras que são discutíveis e debatidas por diversos investigadores do turismo português, que matizam e apontam em sentidos opostos ou contrários.

Permanecendo nas culpas do turismo, afirma-se que este é o grande responsável da crise na habitação em Portugal, algo com o qual discordamos, até porque não é bem demonstrado no texto.

Se bem que é certo que o alojamento local tem aumentado, em muitas cidades, o preço da habitação e que falta habitação a preços acessíveis para jovens e famílias com escassos recursos financeiros e também para as classes médias, será que se pode imputar assim essa responsabilidade num Portugal socialmente desigual?

Se o turismo é um fator importante de gentrificação e nobilitação do espaço habitacional de muitas cidades, como demonstram trabalhos como os de Assunção Gato, Filipa Fernandes, Luís Mendes e outros, as autoras do ensaio sob análise apresentam o turismo como a única causa gentrificadora da crise da habitação, algo que é em nosso entender uma perspetiva ou enfoque estreito que não é capaz de questionar a policrise em que vivemos.

A sexta seção do livro (“O que fazer quando há turismo a mais?”) sustenta a ideia de que Portugal tem turismo a mais. O turismo é uma estratégia política dos partidos hegemónicos (ex. PSD, PS...), presente em todos os programas partidários e de governo, e nos investimentos políticos na procura do aumento de volume de turistas e de receitas. Esta prioridade é crítica para as autoras, que assinalam que Portugal depende demais do turismo, e o que elas propõem em termos de estratégia política? Pois bem, nesta seção fazem propostas estratégicas e planificadoras que mitiguem os efeitos negativos do turismo, que travem a natureza predatória do turismo em excesso, que limitem as apropriações de espaços e bens públicos, que confrontem as invasões turísticas, a massificação e a exploração laboral no emprego turístico, e também propõem regular as plataformas de reservas *online*, restringir o acesso a certos lugares, regular o emprego temporário e as taxas turísticas, para suportar a sobrecarga dos serviços públicos. São estas as medidas pensadas para a oferta turística que estão a ser implementadas em muitos destinos turísticos do mundo, alguns dos quais são citados no texto, mas que em nosso entender, Portugal precisaria não de copiar acriticamente, mas sim repensar o seu próprio modelo, dada a sua particular diversidade e cultura de hospitalidade turística.

A última seção do texto são as “Conclusões”, e aí, depois do já referido acima e para um leitor atento, são evidências:

- a) a estratégia económica de aposta no turismo deixa o poder do Estado português nas mãos de elites nacionais e internacionais;
- b) há turismo a mais em Portugal;
- c) há uma expansão descontrolada do turismo pelo país fora.

Em jeito de sumário, segundo as autoras, é necessário desenvolver outros setores económicos e industriais para além do turismo, portanto não são totalmente contra o turismo, dizem é que é preciso repensar o turismo e deixar de ter o papel de periferia pobre de Europa.

Portanto, de forma ambivalente, o turismo é uma maldição para Portugal, mas também uma oportunidade. O problema é como melhorar a situação económica do país, com ou sem mais turismo? com que modelo de turismo (pois nem todos os modelos de turismo são iguais, como dão a entender as autoras) e de que forma? É só uma questão de limitações e regulamentações? É só uma questão de fluxos e de planificação estratégica? Ou é algo mais complexo? Estamos face a um caminho difícil, não impossível, mas ainda turvo

ou tortuoso(?), para o qual este trabalho contribui com uma visão de reflexão provocatória, que alimenta um debate que muitos não querem fazer, mas que consideramos necessário para encarar melhor o futuro.

Em jeito de sumário crítico, e tendo em atenção o viés ideológico das autoras e o seu discurso moral anti-turismo pretende ser holístico a falar de Portugal como um todo, mas depois focam o seu estudo, os seus dados, apenas e exclusivamente em certas regiões ou cidades do país. É um exercício metonímico de querer passar a parte pelo todo. Entendemos o propósito do livro, o esforço provocatório e até subscrevemos certas posições críticas face ao turismo, lá está, nalgumas cidades ou regiões, mas não podemos concordar com a sua generalização para o todo o território nacional português. Aliás, achamos até curioso que logo na introdução (Drago e Mortágua, 2025: 14), quando procuram justificar este exercício de análise, sentiram a necessidade de referir-se à “identidade nacional”, através de uma “determinada imaginação do país”, o que nos remete logo para a ideia de “comunidade imaginada” de Benedict Anderson (2005), sobre a qual, admitimos, temos algumas dúvidas ou resistências, pois não sabemos se todos os portugueses imaginam de igual forma/sentido/razão a sua portugalidade. Em todo o caso, naquilo que diz respeito ao turismo, consideramos um abuso da parte das autoras projetarem para todo o país (cidades, regiões, vilas e aldeias) aquilo que sucede em Lisboa, Porto, Algarve e Madeira. O viés não será tanto metodológico, mas sim ideológico e maculado de um centralismo, do qual, sabemos, as autoras padecem e não se conseguem libertar.

Portanto, estamos face a um livro (ensaio) interessante para discutir a economia política e a política económica do turismo em Portugal, mas que lastra um viés ideológico e epistemológico que impede uma análise mais científica e mais certa da complexa realidade turística de Portugal, onde os efeitos do turismo foram, são e serão sempre complexos e contraditórios, mas não exclusivamente negativos para o país. Mitigar, limitar ou travar esses efeitos negativos, multiplicar e facilitar os efeitos positivos exige maior investimento em investigação do turismo para criar um capital de conhecimento que permita criar modelos de turismo mais enriquecedores (ex. turismo de base local) e redistribuidores para o país (ex. turismo responsável e regenerativo).